

29/12/2022

APEOESP

91

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

APEOESP REÚNE-SE COM SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO E REIVINDICA FIM DA BAGUNÇA NA ATRIBUIÇÃO DE AULAS

Sindicato quer a anulação do processo, correção dos problemas e nova atribuição para toda a categoria (efetivos, estáveis, categoria F e categoria O)

Não aceitamos imposição da jornada como fator classificatório

Secretário se comprometeu a responder nas próximas horas

Secretaria de Comunicação

Em reunião emergencial com o Secretário Estadual da Educação, Hubert Álqueres, a APEOESP, por meio de sua presidenta, Professora Bebel e os diretores Roberto Guido e Silvio de Souza, reivindicou novamente a suspensão do processo de atribuição de aulas e que seja refeito para todos os segmentos da categoria (efetivos, estáveis, categoria F, categoria O) corrigindo-se os problemas verificados. O processo seria realizado em janeiro de forma presencial.

■ Não à jornada como fator de classificação

O principal problema, estrutural, apresentado ao Secretário é a imposição da opção pela maior jornada de trabalho como fator para a classificação dos professores, em detrimento de sua pontuação, provas e títulos. Isto é inaceitável!

Essa exigência foi imposta pela LC 1374/2022, que instituiu o pagamento por subsídio e desmontou nossa carreira. Ocorre que o prazo para a adesão dos professores ao subsídio e demais regras previstas nessa lei vence em março de 2024. Portanto, não existe nenhuma razão para que até lá seja antecipado o artigo 80 da referida lei, prejudicando milhares de professores com maior experiência, tempo de serviço e formação, que são fatores importantes para a qualidade do ensino.

Assim, a APEOESP reivindicou a suspensão da aplicação do artigo 80 da LC 1374/2022 até que se esgote o prazo para a adesão dos professores a essa nova lei. É importante ressaltar que a adesão é baixa, que continuamos na luta para reverter essa lei e que existe promessa do governador que assume em 1º de janeiro de 2023 neste sentido.

Resposta nas próximas horas

O Secretário tomou conhecimento de todos os problemas que vêm ocorrendo na atribuição, por meio de documento protocolado pela presidenta da APEOESP, comprometendo-se a encaminhar respostas nas próximas horas, buscando, para tanto, contato com o futuro Secretário.

Mais problemas e injustiças a serem revertidos.

Além da questão estrutural referente à jornada de trabalho, entre os problemas relatados ao Secretário pelo Sindicato estão:

Professores da categoria O cujos contratos se iniciaram em 2018 e 2019, foram remetidos ao Banco de Talentos. Após a prorrogação, ao terem seus dados migrados do Banco de Talentos para a classificação geral, todos passaram a constar com opção pela menor jornada, mesmo aqueles que haviam optado pela maior jornada. Isso lhes causou grandes prejuízos, tendo em vista que a jornada é fator de classificação para a atribuição e precisa ser corrigido.

O Secretário foi alertado para as dificuldades encontradas pelos professores para acessarem a lista completa de classificação por Diretoria de Ensino. A APEOESP reivindica que essas listas sejam disponibilizadas em local de fácil acesso na Internet.

O Secretário também tomou conhecimento de que os professores da categoria O habilitados foram prejudicados, tendo em vista que, por erro das escolas ou das Diretorias de Ensino, muitos professores habilitados constarão como qualificados, que só atribuem aulas após os habilitados.

APEOESP não para de lutar

APEOESP está permanentemente trabalhando em defesa dos professores e continuará a fazê-lo, independentemente de férias e recesso escolar, para que os direitos de todos e todas sejam preservados, para que não falem professores para nossos estudantes e para que o ano letivo não seja prejudicado.

APEOESP vai à Justiça contra baixos valores do Bônus

Mais uma vez, APEOESP recebe várias reclamações de professores sobre valores recebidos como Bonificação por Resultados (Bônus). Como sempre, sem critérios claros, há discrepância nos valores. Tão logo termine o recesso judiciário, ajuizaremos ação coletiva para discutir os critérios de definição destes valores, pois existem professores que receberam até mesmo centavos e outros que nada receberam. Reforçamos a cada professor que se sentir prejudicado a requerer e exigir explicações e correções na escola, pessoalmente ou por e-mail, guardando o protocolo ou cópia do envio. Se não houver resultado, recorrer ao departamento jurídico da APEOESP. Reafirmamos nossa luta por uma política salarial que contemple reajuste para toda a categoria, da ativa e aposentados. Também queremos a reabertura de uma mesa de negociação com participação do Sindicato, além de um reajuste imediato de 33,24% referente ao Piso Salarial Profissional Nacional.

